

**A Nucleação das Escolas
e as Ações Integradas
com a Comunidade**

**A EXPERIÊNCIA DE
IJUI - RS
1989/1992**

2

INICIATIVA



REALIZAÇÃO



APOIO



MEC

Ministério da Educação e do Desporto

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Constituição da República Federativa do Brasil - 1988

Projeto Educação & Desenvolvimento Municipal

Coordenação Geral - UNICEF

Carmen Emília Pérez

Coordenação CENPEC

Maria Alice Setúbal Souza e Silva
Marta Wolak Grosbaum

Equipe Participante

Alfredo José da Veiga Neto	RS
Ana Maria Petronetto	ES
Anamérica Prado Marcondes	SP
Deise Aparecida M. de Oliveira	SP
Eny Marisa Maia	SP
Graziani Gervázio Fonseca	PI
Heitor Matallo Jr.	PI
José Melquiades Ursi	PR
Maria Auxiliadora C. Araújo Machado	MG
Maria Bernadette Castro Rodrigues	RS
Maria Cândida Raizer C. Perez	SP
Maria Cecília Antunes Aguiar	PE
Maria Isabel Pedrosa	PE
Maria de Lurdes Salviato	ES
Maria Luíza de Almeida Cunha Ferreira	MG
Maria Neira Oliveira de Araújo	CE
Neide Cruz	SP
Nelson D. Tomazi	PR
Nohemy Ibanez	CE
Sebastião Haroldo de Freitas C. Porto	SP
Sérgio Vasconcelos Luna	SP
Sofia Lerche Vieira	CE

Sumário

Apresentação	9
Introdução	11
A Experiência do Município de Ijuí	15
I - Dados Básicos	17
Rede Escolar Básica	20
Ficha-Resumo	21
II - O Problema e seu Contexto	23
1. O Município	25
2. Os Problemas Educacionais	26
III - A Política Norteadora da Proposta Educacional	27
IV - A Proposta Educacional	31
V - A Implementação das Ações	35
1. Maiores Recursos para a Educação	37
2. Nucleação de Escolas e Transporte Rural	38
3. Melhoria dos Recursos Humanos	41
4. Ações Integradas com a Universidade	42
5. Integração da Administração Municipal com as Comunidades de Baixa Renda	45
6. Reflexos da Experiência no Município de Ajuricaba	47
VI - Considerações Finais	49
VII - Anexos	53

Apresentação

N

ão basta levar todas as crianças à escola, sonho maior de um país que trata bem seus cidadãos, é preciso fazer com que elas permaneçam, progridam e aprendam. Em pelo menos 15 municípios brasileiros isso é realidade ou está perto de vir a ser. *Educação e Desenvolvimento Municipal* é uma coleção de Estudos de Caso que registra a ação destes municípios, no período de 1989/1992.

Universalizar o ensino fundamental é uma das metas da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtiem, Tailândia, em 1990, e do Encontro Mundial de Cúpula pela Criança, ocorrido em Nova Iorque, no mesmo ano. Garantir que todas as crianças brasileiras possam concluir o 1º grau é objetivo não apenas das grandes conferências internacionais. O Brasil tem demonstrado, em seus bolsões organizados e conscientes, a mesma preocupação.

A Constituição Brasileira estabelece grandes responsabilidades para os Estados e Municípios. Juntos têm o mandato de prestar e melhorar o ensino fundamental. Segundo dados de 1990, 53,3% das matrículas eram estatais e 32,2% municipais. São números suficientes para reconhecer a importância da esfera municipal na obra a ser construída.

O processo de consolidação do federalismo brasileiro destaca a esfera local como unidade dinâmica e em movimento. As administrações municipais que assumiram em 1993 têm pela frente desafios de grande porte e, ao mesmo tempo, os prefeitos cada vez mais procuram caminhos que ofereçam respostas aos anseios da sociedade.

Para mudar a realidade, é preciso olhar as lições aprendidas nestes 15 municípios, reconhecer o que é válido e avançar gradativamente até o dia em que todas as crianças possam mostrar o diploma do ensino fundamental, na idade certa.

A coleção *Educação e Desenvolvimento Municipal* inclui municípios das regiões Sul, Sudeste, Nordeste, de nove estados brasileiros (Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará e Piauí). Municípios de pequeno, médio e grande portes, escolhidos de forma heterogênea. Foram incluídos por serem exemplos de trabalho árduo, sério e conseqüente para mudar o triste perfil da educação brasileira de 1º grau.

Diversidade e criatividade são palavras que descrevem bem a sua variedade. As respostas de cada um são reflexo da conjuntura específica. Mas entre eles há algo em comum: a vontade política. Ela é o carro-chefe das mudanças. Com ela mobilizam-se todos os que têm compromisso com a Escola, na sua mais perfeita tradução.

Como Secretário Executivo do *Pacto pela Infância* e cumprindo seu próprio mandato, o UNICEF apóia as atividades que visem o bem-estar físico, mental e social das crianças brasileiras e de todo o mundo, especialmente os filhos das classes populares. Cabe ao UNICEF divulgar para o Brasil e para todo o planeta as experiências bem-sucedidas em defesa da sobrevivência, proteção e desenvolvimento das crianças. Por isso, sua participação neste trabalho.

411 6.6.1.1-

Agop Kayayan
Representante do UNICEF no Brasil
Secretário Executivo do Pacto pela Infância

Introdução

A análise do sistema educacional brasileiro tem apontado para as desigualdades existentes tanto em nível regional como nas diversas instâncias do ensino. O Brasil, às vésperas do século XXI, ainda assiste ao fracasso da escola brasileira em superar questões básicas como: alfabetização, formação adequada de professores, cumprimento da Constituição, no que diz respeito à formação obrigatória de seus alunos até a 8ª série, altos índices de repetência e evasão escolar.

A busca de soluções desses problemas passa pelo entendimento da complexidade e da diversidade da sociedade brasileira. Não existem modelos únicos ou soluções mágicas, mas nos diferentes foros de debate da atualidade, representantes do governo e da sociedade civil têm apontado para a necessidade de que a escola forme cidadãos capazes de participar da vida política, social e econômica de uma sociedade moderna. Nessa perspectiva, é fundamental que a escola tenha recursos mínimos compatíveis com a sua função primordial que é ensinar, e estabeleça diretrizes pedagógicas consoantes com as vivências e conhecimentos dos seus alunos e do mundo que os cerca.

Assim, exige-se que os egressos do sistema possuam conhecimentos e habilidades cognitivas que os possibilitem entender e interpretar a enorme quantidade de informações e valores que lhes são transmitidos diariamente via meios de comunicação e/ou diferentes instituições com os quais mantêm contato, de modo que possam participar mais ativamente da vida social e política. Na esfera econômica, buscam-se cada vez mais indivíduos que possuam as habilidades cognitivas básicas de raciocínio, de leitura e escrita, a fim de que possam apreender os treinamentos específicos da área de produção e/ou serviços.

O estudo de diferentes experiências educacionais bem-sucedidas e desenvolvidas no âmbito do município tem como objetivo analisar, discutir e divulgar modelos diferenciados de gestão do sistema escolar que criaram formas próprias de interagir com seu meio social, capacidade de organização escolar e gestão pedagógica voltadas para a melhoria da qualidade do ensino.

Não buscamos algo necessariamente inovador, no sentido de inusitado ou novo. Muitas vezes, soluções simples, mas bem planejadas, que levam em conta as necessidades específicas da comunidade e que são adequadamente implementadas, alcançam resultados satisfatórios e merecem ser estudadas e divulgadas.

Nesse sentido buscamos analisar municípios cujas políticas educacionais nortearam suas ações pelo princípio do direito de todos à Educação Básica, buscando, para isso, desenvolver projetos que contemplassem fatores como:

- a promoção de oportunidades de educação para crianças de 0 a 6 anos e a busca de um início educativo mais justo;
- a universalização do acesso à escola e da permanência das crianças mais vulneráveis à exclusão, como as provenientes de famílias de baixa renda, as crianças trabalhadoras e de rua, as crianças do meio rural e as portadoras de deficiência;
- a melhoria das condições da escola e do ensino, a diminuição da repetência e da evasão, buscando adequação das condições físicas da rede, a disponibilidade de insumos pedagógicos, escolas com pedagogias ativas e participativas, redes que ofereçam maior tempo e oportunidades de aprendizagem e que mudem sua prática de avaliação respeitando as diferenças no ritmo de aprendizagem;
- a valorização do professor, assegurando seu *status* como profissional (carreira e estatuto do magistério), assim como permitindo sua habilitação, profissionalização e capacitação permanente;

- a democratização da gestão escolar com participação da comunidade para fortalecê-la como o centro das decisões;
- a modernização dos sistemas de gestão, visando desconcentração e descentralização do sistema educacional, e criação de um sistema avaliativo dos vários segmentos administrativos e do ensino de modo a se detectar necessidades de formação, reciclagem e apoio técnico das equipes;
- o desenvolvimento de uma adequada articulação União/Estado/Município, para uma gestão mais eficiente do sistema, assim como a ampliação das parcerias com as comunidades locais, sindicatos, Organizações Não-Governamentais (ONGs), setor privado, etc;
- a criação de oportunidades educacionais para toda a população, no intuito de aproveitar todos os recursos educacionais do município e ampliar seus benefícios para todos.

Dentro desse contexto insere-se a experiência de Ijuí, cuja política educacional norteou-se pela implementação de uma educação crítica, destinada às camadas populares, buscando para isso a melhoria dos recursos humanos através de ações integradas com a Universidade de Ijuí e desencadeando diversas ações como a nucleação das escolas rurais e a integração com a comunidade.

Maria Alice Setúbal Souza e Silva
CENPEC
Centro de Pesquisas para Educação e Cultura

A EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE IJUÍ

DADOS BÁSICOS

I

Dados Básicos

Localização

Estado do Rio Grande do Sul - Sul do Brasil



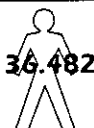
Mesorregião Noroeste Rio Grandense
Microrregião de Ijuí

Demografia

População

70.932 (1980) 75.158 (1991)

Homens



Mulheres



Urbana

74,2%

Rural

25,8%

(1991)

Área Total km²

1.061

Densidade hab/km²

70,8

Taxa de Crescimento Anual

0,52%

Atividades Econômicas Predominantes

Agricultura,
Pecuária,
Indústria



Fonte: Censo Demográfico 1991 - Resultados Preliminares

Rede Municipal de Ensino - 1992

Creche, Pré-escola, 1º Grau e 2º Grau

Nº de Estabelecimentos*

80

Nº de Alunos

5.281

* Inclui cinco creches e 17 escolas de 1º ou 2º grau que mantêm classes de pré-escola
Fonte: Prefeitura Municipal

REDE ESCOLAR BÁSICA

Número de Estabelecimentos e Alunos por Dependência Administrativa - 1989

TIPO DE ENSINO		Pré-Escola	1º Grau	Total Geral
FEDERAL	Estabelecimentos	0	0	0
	Nº de Alunos	0	0	0
ESTADUAL	Estabelecimentos	12	27	39
	Nº de Alunos	458	7462	7920
MUNICIPAL	Estabelecimentos*	17	76	93
	Nº de Alunos	555	4095	4650
PARTICULAR	Estabelecimentos	05	06	11
	Nº de Alunos	323	1536	1859

* Vide Metodologia - Anexo 1.1 - Pag. 56.

Ficha-Resumo

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Ensino Fundamental

Universalização do Ensino

- Programa de Nucleação Escolar
- Transporte escolar no meio rural
- Planejamento integrado de vagas para escolas urbanas, entre escolas estaduais e municipais
- Ampliação da rede escolar

Melhoria da escola e do sistema

- Ampliação do tempo de permanência diária da criança e do adolescente na escola
- Integração da escola com a comunidade através do Círculo de Pais e Mestres
- Otimização da utilização dos recursos
- Programa de vigilância nutricional

Gestão da escola e do sistema

- Rateio das despesas de transporte escolar entre o Município e o Círculo de Pais e Mestres da escola beneficiada
- Integração com a Secretaria Estadual de Educação e com a Universidade de Ijuí (UNIJUI)

Valorização do Magistério

- Implantação do Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais
- Admissão do profissional de ensino exclusivamente

- por concurso de provas e títulos
- Elaboração e implantação de um plano de carreira
 - Realização de Cursos e Seminários para o aperfeiçoamento dos recursos humanos.

Oportunidades educacionais para todos

- Implantação do Projeto Bairro Total - discussão sobre assuntos e problemas variados
- Implantação do Projeto Criança e Comunidade para atendimento a meninos de rua
- Implantação do Projeto Escola de Tempo Integral.

LIÇÕES APRENDIDAS

- Organização política e administrativa são suportes importantes para um sistema de ensino mais equitativo
- A vontade política do poder público municipal em priorizar a educação resulta em ganhos concretos para a comunidade
- A união dos esforços potencializa os recursos limitados, possibilitando atingir os objetivos previstos.

**O PROBLEMA E
SEU CONTEXTO**

II

1. O Município

O

Município de Ijuí situa-se no planalto noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, a 420 km por via rodoviária da capital, Porto Alegre, e conta hoje com cerca de 75 000 habitantes. A colonização da região iniciou-se em fins do século XIX, com imigrantes vindos da Alemanha, Itália, Áustria, Letônia, Polônia, França, Suécia, Espanha e Hungria, na sua maioria agricultores. O Município foi criado em 1912 e teve rápido crescimento econômico e populacional. Inicialmente predominou a atividade agrícola, mas já nos anos 20, estabeleceram-se várias indústrias, de modo que Ijuí passou a exercer o papel de pólo econômico regional. A partir da década de 60, intensificaram-se as atividades agrícolas, especialmente na produção de soja e trigo. Criou-se um desenvolvido sistema cooperativo, centrado na Cooperativa Triticola de Ijuí (COTRIJUÍ), o que incrementou a importância da cidade, em nível estadual. É dessa época que começam a se destacar os serviços, especialmente com a criação, em 1956, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (FAFI), a qual dará origem em 1981, à Fundação da Universidade de Ijuí (UNIJUÍ). Destaca-se, aqui, o papel do Ensino Superior na medida em que ele se caracterizou, desde a sua criação, pela busca constante da integração regional e pela opção pelos movimentos populares. Como poderá se constatar, mais adiante, essas características parecem ter contribuído para um tratamento diferenciado, por alguns municípios da região, para as questões da Educação, em especial de 1º grau.

2. Os Problemas Educacionais

Algumas características da Região e do Município de Ijuí contribuíram para que os problemas educacionais tomassem as feições que serão relatadas a seguir. Ainda que a população rural não chegue, hoje, aos 20.000 habitantes, sua distribuição espacial é homogênea, em decorrência de uma estrutura fundiária predominantemente baseada na pequena e média propriedade rural. Como resultado, há famílias (e crianças) espalhadas em todo o Município. Isso levou as administrações municipais passadas a criar mais de 30 pequenas escolas de 1º grau na zona rural, muitas das quais unidocentes e multisseriadas.

Por outro lado, em decorrência da importância econômica de Ijuí, a cidade passou a funcionar como um pólo, atraindo populações rurais de outras regiões do Estado, expropriadas de seu patrimônio (e sustento) em decorrência das alterações na estrutura econômica e fundiária ocorridas no Rio Grande do Sul, a partir dos anos 60. Essa população passou a ocupar os bairros periféricos da cidade e, com isso, multiplicaram-se os problemas de serviços municipais urbanos e, entre esses, os relativos à Educação escolar. E mais: os depoimentos relatam que, a partir da década de 70, a cidade "foi perdendo seus valores éticos", isto é, muito do que havia de bom no que concerne ao trabalho e valores familiares, herdados dos primeiros imigrantes europeus.

Resumindo, nas últimas décadas os problemas educacionais de Ijuí passaram, cada vez mais, a se concentrar em torno de dois eixos:

- A dispersão da população escolarizável por toda a área rural do Município;
- O aumento significativo da população urbana periférica, às custas de um processo migratório que gerou o desenraizamento e a conseqüente perda de referenciais culturais e éticos.

**A POLÍTICA
NORTEADORA DA
PROPOSTA
EDUCACIONAL**

III

F

oi no contexto acima descrito que o Prefeito Municipal, cujo mandato iniciou em janeiro de 1989, procurou, em parte, dar continuidade à política educacional anterior. Seu Plano de Governo revela a opção por uma educação crítica, destinada às camadas populares, e apresenta uma série de programas prioritários, dos quais cabe destacar:

- garantir condições de acesso e permanência na escola à população em idade escolar, através da implantação integrada e progressiva de programas de nucleação de escolas e transporte escolar para o meio rural, e do planejamento integrado de vagas para o meio urbano entre escolas estaduais e municipais;
 - ampliar o tempo e espaço de permanência diária da criança e do adolescente na escola, oferecendo alternativas de ações e atendimento aos grupos populacionais mais vulneráveis;
 - avanço qualitativo na proposta pedagógica, com opção pela 'educação popular', desenvolvida a partir da experiência de vida do aluno;
 - valorizar o magistério;
 - intensificar a integração da escola-comunidade, priorizando o CPM (Círculo de Pais e Mestres) e instituições com atuação complementar no campo da educação;
 - dar continuidade e ampliar os convênios e ações integradas entre a Secretaria de Educação e a Universidade de Ijuí.
-

Além do que consta no Plano de Governo, observa-se uma nítida ênfase no papel da educação como instrumento capaz de superar as carências sócio-econômicas e culturais das camadas populares, de forma a evitar sua marginalização, garantindo sua inserção na sociedade, em igualdade de condições.

Outro aspecto enfocado pela política educacional proposta é a necessidade de buscar a utilização adequada dos recursos destinados à Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), considerados pulverizados em um elevado número de pequenas (e muito pequenas) escolas rurais.

**A PROPOSTA
EDUCACIONAL**

IV

Pela análise do Plano de Governo e Lei Municipal 2.541/90 e após as primeiras entrevistas realizadas com o Prefeito Municipal e com a Secretária Municipal de Educação e Cultura, foi possível identificar quais as principais propostas educacionais defendidas e implantadas pela atual gestão. Tais depoimentos foram unânimes em apontar, como as mais representativas, cinco propostas educacionais entre as inicialmente pensadas:

- Maiores recursos para a Educação;
 - Nucleação de escolas rurais e transporte rural;
 - Melhoria dos recursos humanos envolvidos com a Educação;
 - Ações integradas com a Universidade de Ijuí;
 - Integração da Administração Municipal com as comunidades de baixa renda.
-

A IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES

V

1. Maiores Recursos para a Educação

Indo além do costumeiro discurso que defende a aplicação de recursos na Educação, pode-se constatar que a Administração Municipal aplicou, em 1989, 1990, 1991 e 1992, percentuais orçamentários bem acima do mínimo exigido em lei (25%).

1989	34,62%
1990	29,32%
1991	36,51%
1992	previsão de 35%

Esses recursos foram aplicados maciçamente na manutenção (recursos humanos e físicos) e na ampliação da rede escolar (em termos de salas de aula e instalações gerais).

Um problema que preocupa é a queda na arrecadação financeira da Prefeitura, em decorrência das enchentes havidas em maio de 1992 e que deixaram fora de atividade, pelo menos até novembro de 1992, a usina hidroelétrica municipal que fornecia cerca de 40% do consumo energético da cidade. Com isso, o déficit está sendo atendido pela Companhia Estadual de Energia Elétrica, a um custo superior àquele do próprio Município.

2. Nucleação de Escolas e Transporte Rural

Em decorrência das condições geográficas e da estrutura populacional de Ijuí, referidas anteriormente, a Administração Municipal iniciou a extinção de pequenas escolas rurais ou classes, com a conseqüente redistribuição dos alunos em escolas maiores (porém mais afastadas de suas moradias). Além de aproveitar melhor os recursos humanos, foi pensamento da SMEC proporcionar aos alunos melhores condições de socialização e vivências interpessoais mais ricas. Os relatos dão conta de que esse foi um processo politicamente desgastante, no início, pois significou a perda da escola para várias comunidades rurais.

Na medida em que foram sendo sentidas as vantagens, para as crianças, de um convívio com grupos mais numerosos, e na medida em que o sistema de transporte escolar foi sendo aperfeiçoado, a nucleação passou a ser vista, de um modo geral, como uma boa solução.

No processo de nucleação, as pequenas escolas foram agrupadas geograficamente em torno de 10 'escolas-pólo', sendo que algumas foram desativadas totalmente e outras parcialmente (algumas séries). Esse programa envolve escolas municipais e estaduais, sendo que a maioria das escolas-pólo é da rede estadual.

Paralelamente foi organizado um Sistema de Transporte Escolar para que os alunos das escolas ou séries desativadas pudessem se deslocar até as escolas maiores.

A tabela, a seguir apresentada, resume as principais informações sobre o processo.

LOCAL	ESCOLA POLO	Nº DE ESC. NUCLEADAS	ALUNOS BENEF.	Nº DE LINHAS	KM/DIA
1. Coronel Barros	E	7	56	2	120
2. Linha 6 Oeste	E	5	91	4	208
3. Dr. Bozano	E	9	89	6	150
4. Mauá	M	5	76	3	108
5. Floresta	E	5	120	3	170
6. Chorão	E	4	67	3	150
7. Salto	E	7	75	2	224
8. Corão	E	5	51	3	110
9. Alto União	E	8	91	3	210
10. IMEAB (3)	M	7	97	5	230
TOTAL	-	62 (1)	813 (2)	34	1680

E = ESTADUAL M = MUNICÍPIAL

1 - Dessas escolas, 22 foram desativadas totalmente

2 - 42,7% de pré e 1ª a 4ª, 51,2% de 5ª a 8ª, 6,1 de 2ª e 3ª graus

3 - E.M. Assis Brasil (Cidade)

Ainda que, em si, não seja original, o que não deixa de impressionar é o nível de organização do Sistema Municipal de Transporte Escolar: são 34 linhas e 1680 km percorridos diariamente, atendendo mais de 800 alunos, por estradas precárias na sua grande maioria, sobre terrenos bastante acidentados.

O Sistema está amparado por Lei Municipal (2.420/89) e é custeado em parte pelo Município e, em parte, pelos beneficiários, nas seguintes modalidades:

- utilização do veículo do município com o pagamento do combustível pela comunidade escolar representada pelo Círculo de Pais e Mestres da localidade beneficiada;
- mediante contrato de prestação de serviços como particulares (autônomos) regularmente inscritos no Cadastro dos

Contribuintes da Prefeitura na atividade de Transporte Escolar, escolhidos através de licitação pública, e as despesas rateadas na proporção de 50% entre o Município e a Comunidade Escolar beneficiada;

- as localidades servidas por empresas de transporte coletivos municipais ou intermunicipais, mediante contrato direto com tais empresas e o custo do transporte sendo rateado em igual proporção entre o Município e Círculo de Pais e Mestres da Unidade Escolar beneficiada;
- por meio de veículos de particulares, pertencentes à Comunidade Escolar, interessados ou contratados diretamente por esta, desde que regularmente autorizado e licenciado para a atividade de transporte escolar, caso em que o Município participará integralmente com os custos do combustível para a consecução dessa modalidade.

É importante destacar que apesar das diferentes modalidades do sistema de transporte, os técnicos da secretaria afirmam que o rateio com a comunidade escolar tem um efeito mais simbólico do que real. Ou seja, é a prefeitura que acaba por arcar com quase todas essas despesas, uma vez que embora os pais paguem a sua parte, esse pagamento é efetuado com muitos meses de atraso, desvalorizando as quantias devidas.

Cabe ainda ressaltar que o processo de nucleação das escolas tornou necessária uma articulação do Município com o Estado, uma vez que a maioria das escolas-pólo pertence à rede estadual de ensino.

3. Melhoria dos Recursos Humanos

A valorização profissional de professores e funcionários está em andamento com a implantação do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos e do Plano de Carreira do Magistério Público, leis municipais 2.656/91 e 2.670/91, respectivamente. O Regime Jurídico Único dos Servidores estabelece que a admissão do profissional de ensino se fará exclusivamente por concurso de provas e títulos. O Plano de Carreira dispõe sobre a estrutura da carreira do magistério composto de 4 níveis (que se referem à habilitação, desde a de 2º grau até a pós-graduação) e 5 referências (que se referem à promoção por tempo de serviço ou merecimento). Nas diversas entrevistas realizadas ficou claro o entusiasmo frente a essa regulamentação, acrescida, positivamente, dos reajustes salariais concedidos periodicamente, com o objetivo de minorar os efeitos da inflação. Os depoimentos são quase unânimes ao comparar essa situação com aquela vivida, atualmente, pelos profissionais da rede estadual de Educação.

Os programas/projetos de cooperação entre o Município e os técnicos e professores da UNIJUÍ se fazem em encontros mais ou menos amplos ou se concentram em algumas escolas municipais. Durante o ano de 1992 foram programados e realizados 20 cursos e palestras totalizando quase 300 horas de atividades, contemplando diversos temas como elaboração de plano curricular, aplicação do construtivismo, ecologia, etc.

4. Ações Integradas com a Universidade

4.1 Capacitações/Assessoria Técnica

As ações desenvolvidas entre a Secretaria da Educação e a UNIJUÍ vão além de cursos e seminários para aperfeiçoamento dos recursos humanos da educação.

Muitas vezes se dão graças ao interesse pessoal dos agentes envolvidos, às facilidades que a SMEC proporciona aos interessados ou, ainda, graças à proposta comunitária da UNIJUÍ. Assim, além dos programas/projetos 'oficiais', são comuns atividades informais de assessoramento, cooperação, estágios de alunos dos cursos de licenciatura da Universidade, etc. Entre os resultados observados, merece destaque o caso da Escola de 1º Grau incompleto Tomé de Souza, com duas centenas de alunos. Trata-se de uma escola situada num bairro popular da periferia urbana de Ijuí e que esteve, há poucos anos, ameaçada de fechar, em decorrência da construção de uma escola estadual de porte médio, localizada a 200 m de distância. Graças a uma ação planejada de professores, assessorados por especialistas da UNIJUÍ, foi desencadeado um processo de revitalização da escola, tanto por um trabalho de repensá-la internamente (currículos, metodologias, etc.), quanto por um trabalho de articulá-la com a comunidade (seja abrindo-a aos problemas do entorno social, seja compatibilizando-a com os interesses e atividades desse entorno). Hoje, pais, alunos e professores orgulham-se em registrar que a Escola Tomé de Souza é "muito melhor", "mais organizada", "mais preocupada com os alunos e suas vidas", "mais agradável", "mais moderna", "mais puxada", "tem melhores professores", etc. do que a escola estadual vizinha, a qual, mesmo existindo há alguns anos num "prédio mais novo, maior e mais bonito", "não consegue se impor" e "quase nem é procurada". É possível observar um

nítido clima de trabalho e de interesse por parte de professores e alunos, agora dedicados a analisar, sob diferentes enfoques, uma extensa pesquisa em que alunos de todas as séries, orientados pelos professores, fizeram através de um levantamento sócio-econômico e cultural do bairro em que está a Escola. Não só a experiência desse levantamento proporcionou ricas vivências aos alunos como, também, os resultados passaram a ser trabalhados das formas mais variadas, nas salas de aula. A interdisciplinaridade buscada pela metodologia da *Aula Integrada* está claramente em andamento nessa experiência da Escola Tomé de Souza.

A Aula Integrada

A Aula Integrada consiste numa metodologia de ensino para as séries iniciais do 1º grau, que envolve, num trabalho comum, alunos, professores e membros da comunidade, a partir de constatações e análises feitas sobre o cotidiano dessas crianças e professores, relacionando-o a contextos mais amplos, tanto em termos espaciais (Estado, País, Mundo), quanto em termos temporais (passado, presente e futuro). Como a própria denominação indica, trata-se de uma proposta interdisciplinar e contextualizada, enfocando Linguagem, Educação Física, Artes, Matemática, Ciências, Estudos Sociais, etc.

A aula integrada prevê o resgate da cultura popular, procurando, na medida do possível, relacionar o saber vulgar com o saber sistematizado; propõe, também, a produção de textos didáticos pelos professores e seus alunos, em atividades de registro de dados, análise das informações, produção/construção de conhecimentos pela integração e busca de soluções para os problemas vividos pelo grupo.

Idealizada por especialistas da UNIJUÍ, essa metodologia tem se difundido em toda a região e já deu origem a farto material pedagógico que vem, há anos, sendo melhorado e distribuído a professores e alunos.

4.2 Vigilância Nutricional

Outro trabalho conjunto da Secretaria da Educação e a UNIJUÍ é a *Vigilância Nutricional*, programa que combina elementos pedagógicos com questões nutricionais, direcionado a alunos que ingressam na 1ª série do ensino de 1º grau. O detalhamento de seus pressupostos e ações está no projeto elaborado, em 1991, por especialistas da SMEC de Ijuí e da UNIJUÍ. O objetivo é diagnosticar a situação nutricional dos alunos que ingressam pela primeira vez na 1ª série, acompanhando-os por três anos consecutivos.

Numa análise preliminar, foi avaliado o estado nutricional de 912 alunos (81% da zona urbana e 19% da zona rural). Desse total, 7,4% apresentavam algum tipo de desnutrição, mais ou menos igualmente distribuída entre os sexos. A partir desses primeiros dados, a intenção dos responsáveis pelo projeto é implantar um sistema simplificado de vigilância nutricional que possibilite futuras intervenções em termos de Saúde Pública (como o acompanhamento alimentar dos desnutridos), de alimentação (suplementação de déficits) e em termos educacionais (relação entre estado nutricional e desempenho escolar).

5. Integração da Administração Municipal com as Comunidades de Baixa Renda

A atual gestão idealizou e colocou em prática o *Projeto Bairro Total*, atividade inspirada nos mutirões e que consiste em levar as equipes da Administração Municipal aos bairros de baixa renda da periferia urbana de Ijuí para, em reuniões noturnas com a comunidade local, discutir os mais diferentes assuntos e problemas, segundo um cronograma padrão:

Segundas-feiras: orientações de ordem econômica e para a constituição de pequenos empreendimentos;

Terças-feiras: questões relacionadas à saúde, alimentação etc;

Quartas-feiras: questões relacionadas à segurança pública, energia, comunicações, etc;

Quintas-feiras: questões relacionadas à educação, escolas, ecologia, lixo;

Sextas-feiras: questões relacionadas à cidadania (documentação, registros), administração pública e jantar de confraternização.

Ainda que essa não seja uma atividade voltada especificamente para a área educacional, não só as reuniões das quintas-feiras se dedicam às questões educacionais (identificação de analfabetos, procura de crianças fora da escola, necessidades das escolas do bairro etc.) como, também, todo o Projeto tem um cunho claramente educativo. Tendo, até hoje, se estendido a 7 bairros, a

Administração Municipal orgulha-se de estar tentando reconstruir, entre os beneficiados, os sentimentos de cidadania, família etc.

Outro projeto mais diretamente relacionado com a comunidade é o *Projeto Criança e Comunidade* que visa dar atendimento a crianças de rua, problema que começa a aumentar em Ijuí, encaminhando-as à escola e/ou a famílias que delas se ocupem. Está ligado à Secretaria Municipal de Ação Comunitária e está sendo feito em moldes tradicionais.

A SMEC de Ijuí vem procurando consolidar também o *Projeto Escola de Tempo Integral*, destinado a crianças das classes populares. Nesse sentido, não só investiu em instalações apropriadas (na Escola Municipal de 1º grau incompleto Deolinda Barufaldi) como, ainda, desencadeou um programa de preparo de recursos humanos para atuar nesse setor.

Além disso, tem sido prioridade da Administração Municipal trabalhar os valores sociais da população, em todas as instâncias possíveis: nos currículos escolares, nos *Projetos Bairro Total e Criança e Comunidade*, etc. O entendimento da atual gestão é de que esses valores incluem os princípios de cidadania, os cuidados com o patrimônio público, os sentimentos de nacionalidade, o respeito à família, o culto ao folclore e às tradições, etc.

6. Reflexos da Experiência em Ajuricaba

Tendo em vista a grande influência da UNIJUÍ em toda a região noroeste do Rio Grande do Sul, uma série de experiências implementadas em Ijuí estão sendo adotadas em outros municípios, entre os quais destaca-se Ajuricaba, cidade que se emancipou de Ijuí em 1966 e que dista cerca de 40 km desse município.

A população atual de Ajuricaba é de 12 200 habitantes distribuídos num pequeno centro urbano e dispersos homogeneamente no meio rural.

O processo de nucleação de escolas de Ajuricaba foi muito semelhante ao de Ijuí, e levou ao fechamento de 12 pequenas escolas rurais e à ampliação de algumas outras escolas, transformadas em pólos, bem como à municipalização de 5 escolas estaduais e 1 particular, luterana. Os relatos foram unânimes ao observar que o processo, no caso de Ajuricaba, foi conduzido de forma bastante democrática, com envolvimento das comunidades atingidas que, quase sempre, se opuseram às extinções, com medo de perder o *status* conferido pela existência de uma escola, por menor que ela seja, na região. Talvez por isso mesmo não se tenha, ainda, conseguido atingir a meta de desativar mais algumas escolas que estavam, de início, incluídas no programa.

Para dar apoio ao processo de nucleação das escolas e facilitar (ou mesmo permitir) o acesso das populações rurais à escola, a Administração Municipal organizou o Sistema Municipal de Transporte Escolar, semelhante ao de Ijuí. Atualmente, o sistema atende 698 alunos (88 dos quais se deslocam para as escolas de Ijuí) cobrindo percursos diários que somam 1260 Km. São 29 linhas, 5 ônibus e 3 kombis da Prefeitura Municipal de Ajuricaba, mais 10 veículos locados. O sistema é gratuito até a 4ª série e cobra-se 50% dos custos daí em diante. Mas há uma

grande preocupação com as dificuldades de a Prefeitura Municipal continuar suportando tal carga de despesas.

A implantação de novas pedagogias está em andamento com o apoio técnico de professores da UNIJUÍ e está se concretizando com mais sucesso nas denominadas salas-laboratório e na discussão e implantação da proposta pedagógica construtiva.

**CONSIDERAÇÕES
FINAIS**

VI

De todos os documentos analisados, observações e entrevistas feitas, destacam-se alguns aspectos que merecem ser apontados:

- Tanto em Ijuí quanto em Ajuricaba, observa-se um significativo nível de organização política e administrativa nas questões relacionadas com a Educação. São planos, projetos, estudos, etc. que embasam as ações e realizações concretas. Como decorrência, sempre é possível identificar 'questões de fundo' (sejam decorrentes de concepções educacionais em vigor no país, ou da problemática sócio-econômica e cultural da região) a nortear os trabalhos e as inovações em andamento.
 - Em ambos os municípios, a máquina administrativa das respectivas SMECs são 'enxutas', têm pouco pessoal e ocupam instalações modestas. Em todas as entrevistas e contatos mantidos pôde-se observar a preocupação em conduzir os assuntos educacionais tendo a criança como objetivo maior, tanto em termos de sua formação escolar como, em termos da socialização global.
 - A Universidade desempenha um papel de incomum destaque regional, pelo menos nas questões educacionais. Alguns estudos já foram feitos e revelam essa inserção da UNIJUÍ na região noroeste do Estado. Nesse sentido, é preciso trazer, aqui, o registro de que, mesmo nas pequenas e isoladas escolas rurais, sente-se a presença implícita ou explícita da UNIJUÍ. Por sua vez, das entrevistas feitas com vários professores da Universidade e do
-

exame de materiais por eles produzidos, pode-se visualizar uma proposta pedagógica de cunho mais crítico e democrático, a nortear suas ações, o que se coaduna com o discurso contido no Plano de Governo de Ijuí.

Disso tudo depreende-se que a vontade política do poder público municipal em priorizar a educação resulta em ganhos concretos para a comunidade. E que, para a implementação das ações decorrentes dessa prioridade, o município pode e deve contar com o envolvimento e participação de outros agentes, desde o poder estadual e a Universidade, até os membros da comunidade atendida. É da união desses esforços que, mesmo com recursos limitados, se atinge os objetivos perseguidos.

ANEXOS

VII

1. Metodologia da Pesquisa

1.1 Informação Geral

A análise e o registro de experiências educacionais desenvolvidas no âmbito de diferentes municípios do país envolveram várias fases de trabalho. Já no início do 2º semestre/92, uma equipe do CENPEC procedeu a um levantamento de publicações, revistas, jornais e outros periódicos, que pudessem conter algumas indicações sobre projetos educacionais municipais. Foram resumidas aproximadamente 100 experiências e selecionadas somente as que abrangiam o sistema escolar como um todo. Esses levantamentos, assim como outros já realizados ou de conhecimento do próprio UNICEF, possibilitaram a escolha criteriosa de 15 municípios, selecionados entre aqueles considerados de porte grande, médio e pequeno, localizados em nove Estados brasileiros.

Para formação das equipes de trabalho optou-se por dois profissionais de cada Estado, sendo um com experiência na área educacional e outro na área de Ciências Sociais, no intuito de garantir uma apreensão mais abrangente de cada uma das experiências.

O material para coleta dos dados, elaborado pelo CENPEC, constou de diferentes instrumentos com orientações sobre os procedimentos gerais a serem seguidos, roteiros de entrevistas, fichas de caracterização de identificação do município e da escola, orientação sobre a metodologia do trabalho de campo e elaboração do relatório.

O procedimento adotado não teve a preocupação de impor roteiros de observação ou de entrevistas rígidos. Ao contrário, procurou-se respeitar a diversidade de cada experiência e, ao mesmo tempo, preservar a uniformidade, adotando-se como diretriz única a metodologia reco-

mendada no documento *Procedimento para uma Avaliação Rápida*, UNICEF.

Dessa forma, tanto os roteiros de entrevistas, como as fichas para levantamento de dados do município ou das escolas, embora feitos de forma a conduzir as observações para a elaboração do relatório, podiam ser complementadas de acordo com o entrevistado e a natureza da experiência.

Visando garantir uniformidade nos indicadores educacionais para a elaboração do relatório final, estruturou-se um instrumento único, no qual deveriam ser registrados dados básicos e que normalmente são preenchidos pelos municípios para serem enviados ao Ministério de Educação. No entanto, os dados coletados diferem da metodologia adotada nos procedimentos dos indicadores do MEC.

Assim, a leitura comparativa entre os dados coletados nos municípios e aqueles retirados das publicações do MEC, para 89, apresentam diferenças, principalmente quando referentes a números de estabelecimentos.

Para a elaboração do relatório foram ainda, consultados diversos documentos fornecidos pela Secretaria de Educação: decretos-leis, plano de carreira, estatuto do servidor público, propostas curriculares, revistas, planos de governo, livros para o professor e para o aluno, material elaborado pelos alunos etc.

A análise dos dados procurou pautar-se por uma reflexão criteriosa e crítica, a partir de fatores colocados como prioritários para análise, a saber: a promoção de oportunidades de educação infantil; a universalização do acesso à escola e a democratização da permanência das crianças excluídas do sistema; a melhoria das condições da escola e do ensino; a diminuição da repetência e da evasão; a valorização do professor; a democratização da gestão escolar com participação da comunidade; a modernização dos sistemas de gestão; e a criação de oportunidades educacionais para toda a população.

1.2 Nos Municípios de Ijuí e Ajuricaba

Os trabalhos de campo em Ijuí foram realizados em novembro de 1992.

Inicialmente, foram feitos contatos com as Secretarias Municipais de Educação de Ijuí e Ajuricaba quando foram expostos os propósitos

da pesquisa, solicitadas informações sócio-econômicas, demográficas e educacionais sobre a região. O mesmo foi feito com a Universidade de Ijuí e agendada as futuras reuniões. No primeiro contato com o Prefeito e com a Secretária de Educação de Ijuí foram visitadas as instalações da Prefeitura e feito o plano de visitas. Em reunião com os técnicos da SMEC, tomou-se conhecimento de todos os projetos em andamento na área educacional.

A primeira escola visitada foi a Escola Municipal Dona Leopoldina, sendo entrevistados a direção, professores e pais de alunos.

Na Escola Tomé de Souza, foi observado o trabalho conjunto da SMEC com a Universidade, e entrevistados a diretoria, oito professores e seis pais.

Na área rural escolheu-se a Escola General Osório, distante 20 Km da cidade, multisseriada, onde foi possível acompanhar os trabalhos de classe.

Em Ajuricaba, além das reuniões com o Prefeito e com a Secretária da Educação e sua equipe, visitou-se a escola rural Emília de Menezes e contatados a direção, cinco professores e três pais que, durante a reunião, expuseram sua visão sobre a educação municipal e sobre a escola e seu papel naquela comunidade.

No total, os pesquisadores realizaram mais de trinta entrevistas formais em Ijuí e Ajuricaba, observaram cerca de 4 horas de trabalhos pedagógicos em classe e visitaram cerca de 30 salas de aula. Além das entrevistas, os pesquisadores mantiveram contatos informais com mais de 15 pessoas (entre motoristas, recepcionistas, vereadores, secretários, etc.), com o objetivo de fazer um mapa o mais fiel possível da situação educacional dos municípios estudados.



Quantum

Assessoria Editorial

Brasília - DF



IMPRESSO NA
GRÁFICA E EDITORA CCB EM
UM MIL NOVECENTOS E NOVENTA E TRÊS